

7

O LUGAR DE *O 18 DE BRUMÁRIO* NO BALANÇO DA REVOLUÇÃO DE 1848

Rafael de Almeida Padial¹

Para tratar do bom e velho problema do "que fazer?" – ou seja, de saber como a classe proletária toma para si o poder político da sociedade moderna –, o balanço realizado por Marx da revolução de 1848/49 é da maior importância. Tal revolução teve impacto enorme em Marx, que tirou dela conclusões políticas para o resto da vida, atribuindo-lhes certa validade histórico-universal. O Marx de *O 18 de Brumário* – quando, do nosso ponto de vista, conclui o balanço da revolução – é bastante outro em relação ao de 1847. Isso, entretanto, muitas vezes é ignorado ou deliberadamente obscurecido. Com frequência, toma-se sem ressalvas o mais novo pelo mais velho. As consequências políticas de fazê-lo não são pequenas – e hoje, sobretudo, implicam no *apagamento de experiência histórica fundamental da classe trabalhadora*. Para demonstrá-lo, passemos sem delongas à análise dos textos do período.

1. A abstrata noção de tomada do poder no *Manifesto do Partido Comunista*

A posição expressa por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* quanto ao problema da tomada do poder pelo proletariado pode ser considerada, hoje, insatisfatória. Lá registram eles o seguinte, em trecho bastante conhecido do final do capítulo II:

Já vimos acima que o primeiro passo [*der erste Schritt*] da revolução dos trabalhadores é a elevação [*die Erhebung*] do proletariado à [condição de] classe dominante, a luta pela democracia [*die Er kämpfung der Demokratie*].

O proletariado usará seu domínio político para retirar pouco a pouco todo capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de

¹ Doutorando em Filosofia na Unicamp, sob orientação do Prof. Livre-Docente Hector Benoit.

produção nas mãos do Estado [*in den Händen des Staats*], ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível. (MARX; ENGELS, 1977, p. 481).²

Após esse trecho, segue-se uma série de reivindicações (dez medidas) de suposta transição ao socialismo, em geral de caráter estatizante³. O maior problema em tal trecho, cremos, é a noção vaga de “luta pela democracia” [*Erkämpfung der Demokratie*] como forma de elevar o proletariado à condição de classe dominante. O que significaria “luta pela democracia”? Tal noção abstrata pode facilmente significar que o proletariado chegará ao poder político por meios meramente democráticos, como, por exemplo, o sufrágio universal e o controle do Poder Legislativo (ainda que se ressalve a necessidade de “pressão” ou “violência” para garantir os resultados eleitorais).

De concepções como essa se desenvolveu, como se sabe, uma série de leituras reformistas, de tipo social-democrata ou stalinista (sobretudo “eurocomunista”), nas quais a “democracia” assume, por fim, valor universal⁴.

É também no *Manifesto*, ao final do último capítulo, que expressam Marx e Engels o seguinte a respeito da futura revolução burguesa alemã:

Os comunistas dirigem sua atenção principal à Alemanha, pois ela está às vésperas de uma revolução burguesa e esta é provocada sob as condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado muito mais desenvolvido do que o da Inglaterra do séc. XVII e o da França do séc. XVIII. Portanto, a revolução burguesa na Alema-

² Todas as traduções no presente capítulo são de nossa responsabilidade.

³ Os próprios Marx e Engels, no prefácio de 1872 do *Manifesto*, como se sabe, explicam que tais reivindicações depois se mostraram erradas. Esclarecem eles que isso se deu graças à experiência das revoluções de 1848 e de 1871. Não nos cabe aqui entrar em crítica uma a uma dessas reivindicações. Cabe apenas apontar que elas contêm, como explicam os autores, uma concepção errada sobre o Estado e seu papel na transição ao socialismo. Entretanto, contra os próprios autores, tais reivindicações continuam sendo a cartilha de muitos seguidores de Marx.

⁴ Não à toa, a esmagadora maioria das traduções para línguas neolatinas – francês, espanhol, português e italiano – expressa nesse trecho a ideia de “conquista da democracia”. Tais traduções são de matriz stalinista (das casas editoriais antes financiadas por Moscou). Traduzir “*Erkämpfung der Demokratie*” (literalmente, “luta pela democracia”) por “conquista da democracia” não expressa tanto uma licença poética, mas um ato falho de tipo freudiano ou propriamente uma carta de intenções políticas.

nha só pode ser o prelúdio imediato [*unmittelbare Vorspiel*] de uma revolução proletária. (MARX; ENGELS, 1977, p. 493).

Não fica muito claro nesse trecho o que Marx e Engels entendem por “prelúdio”. Deveria tal revolução burguesa ser considerada enquanto uma *etapa*, no sentido de que tem primeiro de realizar tarefas democrático-burguesas, para então, *só depois de as ter consolidado*, encaminhar-se para uma revolução de tipo socialista? Ou deveria essa revolução, desde o começo, se dar num processo ininterrupto, *permanente*, transcrescendo imediatamente de burguesa a socialista?⁵ Tais questões não são ainda respondidas pelos autores, pois o próprio movimento da classe trabalhadora não dera a resposta.

O certo é que esses dois problemas – o problema da “luta pela democracia” e o problema da temporalidade das revoluções (se burguesa ou permanente) – não estão resolvidos na obra de Marx e Engels de 1847/48. Tanto é assim que, no processo revolucionário que imediatamente se abrirá em toda a Europa – concretizando as previsões do *Manifesto* –, Marx e Engels se tornarão reféns de sua própria abstração programática (e farão autocrítica). Vejamos melhor a atuação deles na revolução de 1848.

2. A análise da revolução alemã de 1848

O estouro da Revolução de Fevereiro de 1848 na França encontrou Marx em Bruxelas, na Bélgica. Por motivos políticos, Marx foi expulso desse país justamente para a França (aonde tencionava ir, para participar da revolução). Em Paris, Marx soube do início da revolução democrático-burguesa de março na Alemanha. Ainda na França, com poderes de dirigente máximo da Liga dos Comunistas (composta sobretudo por alemães), Marx reconstruiu a direção dessa organização e escreveu, com seus companheiros, um célebre panfleto contendo dezessete reivindicações a serem difundidas na Alemanha (bastante parecidas com as dez reivindicações do final do capítulo II do *Manifesto Comunista*). É o panfleto denominado “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha” (de março de 1848). Não nos alongaremos aqui sobre as reivindicações dele em si. Queremos apenas apontar elementos que revelam como Marx e seus demais companheiros estavam re-

⁵ Como se vê, boa parte das discussões que depois dominarão o movimento operário internacional, sobretudo após a Revolução Russa de 1917, já estão contidas aqui.

féns da abstração antes apontada. Uma das reivindicações desse panfleto exigia o seguinte:

10. Todos os bancos privados devem ser substituídos por um banco estatal [*Staatsbank*], cuja moeda tem curso legal.

Esta medida permite regular o crédito no interesse de *todo* o povo e, assim, mina o domínio dos homens do dinheiro [*Geldmänner*]. Substituindo gradualmente o ouro e a prata pelo papel-moeda, reduzirá o preço do instrumento indispensável do comércio burguês, do meio geral de troca, permitindo que ouro e prata funcionem no comércio exterior. Em última análise, esta medida é necessária para entrelaçar [*zu knüpfen*] os interesses da burguesia conservadora [*konservativen Bourgeois*] à revolução. (MARX; ENGELS, *et al*, 1959, p. 4).⁶

Dois anos depois, na primeira “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, a autocrítica de Marx e Engels em relação a esse tipo de reivindicação será evidente. Chegaremos nela. Por ora, basta apenas notar que Engels, quando redigiu sua pequena “Contribuição à Liga dos Comunistas”, apresentou o panfleto das dezessete reivindicações como documento histórico, *entretanto suprimiu dele o ponto 10 e todo o seu longo comentário citado acima!*

Como se vê, literalmente, Marx e seus companheiros queriam com essa reivindicação vincular o interesse do “burguês conservador” à revolução alemã. Tratava-se propriamente do burguês *industrial* alemão, que possivelmente teria interesse em desbancar revolucionariamente os “homens do dinheiro” (os detentores do hoje dito “capital financeiro”). Tal pretensão se mostrou falsa historicamente (e Marx, muitos anos depois, na seção I do livro II de *O Capital* explicou detalhadamente que não há nenhuma autonomia real desse “capital dinheiro”, dito “financeiro”, em relação ao ciclo global do capital industrial. Não são interesses realmente opostos).

Porém, mais relevante do que tais reivindicações é a intervenção direta de Marx na revolução alemã por meio da *Nova Gazeta Renana*, jornal diário dirigido por ele, com sede em Colônia (a maior cidade da região mais avançada economicamente da Alemanha, a Renânia). Tal jornal, seguindo a linha geral apontada no item 10 do panfleto das “Reivindicações...” – e um

⁶ O panfleto, redigido por Marx, é assinado por ele, K. Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll e W. Wolff. Note-se, como curiosidade, que o documento se chama “Reivindicações do Partido Comunista NA Alemanha”, e não “DA Alemanha”. Isso estava de acordo com a concepção de então dos autores, para quem o partido comunista era um só (enquanto movimento geral e mundial da classe trabalhadora), embora atuasse diferentemente em cada país.

tanto revivendo a atuação de Marx à frente da antiga *Gazeta Renana*, dos anos de 1842/43 –, buscou efetivar uma aliança entre o proletariado alemão e um possível setor radical, supostamente revolucionário ou progressista da burguesia do país. O próprio subtítulo do novo jornal de Marx, no cabeçalho, deixava claras as suas intenções: “Órgão da Democracia” [*Organ der Demokratie*]. A aliança entre o proletariado e um setor da burguesia talvez não parecesse impossível a Marx, afinal o próprio novo governo provisório alemão, formado a partir da Revolução de Março, continha antigos conhecidos seus. Em suma: o próprio novo governo era formado por homens que Marx conseguiria dialogar – por que então não tentar levá-los à radicalização política?⁷

Teria isso ocorrido? Basta olhar os diversos artigos da *Nova Gazeta Renana* para compreender que não. Não só a “burguesia progressista” alemã não se aliou ao proletariado, como se entregou à reação monárquico-feudal *para atacar o proletariado*, impedindo a realização de medidas democráticas que ela mesma reivindicara. Marx registrará em seu próprio jornal os dilemas da revolução democrático-burguesa. Ao longo do processo, veremos Marx, primeiramente, considerar a iniciativa da *Nova Gazeta Renana* parte do grande Partido Democrático (ou seja, do partido burguês supostamente progressista). Em seguida, o veremos quase desesperado, exortando os líderes burgueses “democráticos” à radicalização (à medida que capitulavam e abriam espaço à reação). E, por fim, veremos Marx fazendo o balanço profundo de que a burguesia alemã é incapaz, por medo do proletariado, de radicalizar sua revolução.

⁷ A sequência de nomes similares e datas pode gerar um pouco de confusão no leitor. Tentemos esclarecer. Marx esteve à frente de *dois jornais* com nome similar. Ambos com sede na cidade de Colônia (região da Renânia). Em outubro de 1842, tornou-se redator-chefe da *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung*), até março de 1843, na qual teve grande sucesso político. Esta também era um órgão democrático-burguês, e seu subtítulo era “Para Política, Comércio e Indústria” [*für Politik, Handel und Gewerbe*]. Em junho de 1848, apontando certa continuidade do trabalho anterior, Marx fundou a *Nova Gazeta Renana – Órgão da Democracia* (*Neue Rheinische Zeitung – Organ der Demokratie*), com a qual também teve sucesso político (“o jornal mais famoso do período revolucionário alemão”, disse Engels no seu “Marx e a Nova Gazeta Renana”). A segunda experiência durou cerca de um ano. Note-se ainda que após a revolução, em 1850, já estando na Inglaterra, Marx iniciou um *novo órgão* com nome similar: a *Nova Gazeta Renana – Revista de Economia Política* [*Neue Rheinische Zeitung – Politisch-ökonomische Revue*]. Trata-se de revista teórica, com periodicidade mais ampla. Quanto aos ministérios formados por burgueses após a Revolução de Março de 1848 na Alemanha, o primeiro fora encabeçado por Camphausen, antigo acionista da *Gazeta Renana* (1842/43), e o segundo por Hansemann, também antigo acionista.

Nas reflexões de Marx nesse período é possível acompanhar o desenvolvimento de ao menos dois elementos fundamentais para a *estratégia revolucionária*: 1. A noção de “ditadura revolucionária” (contendo em si a ideia de “dualidade de poderes”, ainda que com conteúdo de classe indeterminado); e 2. a noção de *revolução permanente*. Tais elementos ainda não significarão a conclusão das reflexões de Marx sobre estratégia revolucionária. Serão um passo importante, mas muita coisa ainda faltará. Mas muita coisa ainda faltará. O período à frente da *Nova Gazeta Renana* será fundamental para finalmente colocar em cheque o limite da estratégia anterior. Contradições surgirão nos próprios artigos de Marx.

2.1. Ditadura, terrorismo e poder dual

Acompanhemos o desenvolvimento da *Nova Gazeta Renana* (NGR), desde a ocasião em que é planejada até o momento em que envereda por um “jacobinismo”.

O caráter democrático-burguês inicial da *NGR* vem à tona antes de sua publicação, em declarações de intenções. Por exemplo, em carta pública ao jornal italiano *L’Alba*, publicada neste ao final de maio de 1848, Marx, em nome da *NGR*, afirma o seguinte:

Estendemos a nossa mão ao povo italiano de forma fraterna e queremos mostrar-lhe que a nação alemã [*die deutsche Nation*] repudia em todos os sentidos a política de opressão que é executada no seu país pelas mesmas pessoas que sempre perseguiram a liberdade no nosso. Faremos o possível para promover a união e o bom entendimento entre as duas grandes e livres nações [*der beiden großen und freien Nationen*], que um vergonhoso sistema de governo até agora levou a acreditar que são inimigas. (MARX, 1959a, p. 8).

Aqui queremos apenas destacar a abstração da noção de Estado-nação (aquela que não realiza grandes distinções entre as classes internas às nações), característica do pensamento burguês, e que condiz, em certo grau, com a estratégia de revolução nacional-burguesa prevista por Marx para a Alemanha. O “inimigo”, que combate a “liberdade” tanto na Alemanha quanto na Itália, obviamente, são as monarquias prussiana e austríaca (e não a burguesia “democrática” desses países).

Todavia, em pouco tempo Marx iniciará suas críticas aos burgueses do Partido Democrático que ele mesmo, de certa forma, via-se como parte⁸. O Partido Democrático era criticado por Marx por ser vacilante e centrista demais, por não levar adiante a revolução, por não consolidar realmente suas vitórias – ou seja, por sempre abrir uma brecha para que o inimigo feudal-monarquista prussiano se reorganizasse e recuperasse frentes de batalha. Diz Marx (MARX, 1959b, p. 22) na segunda edição do jornal, no artigo “O Partido Democrático”, publicado em 2 de junho de 1848:

Pedimos ao Partido Democrático que esteja ciente de sua posição. Tal exigência surge das experiências dos últimos [dois] meses. O Partido Democrático abandonou-se demais ao delírio da primeira vitória. Embriagado com a alegria de finalmente poder proclamar seu princípio em voz alta e abertamente, imaginou que só necessitava declará-lo para assegurar imediatamente sua implementação. Depois da primeira vitória e das concessões diretamente vinculadas a ela, não foi além dessa proclamação. Mas, enquanto era generoso com suas ideias e abraçava como um irmão todos os que não ousavam desafiá-lo imediatamente, os outros, aos quais o poder foi deixado ou cedido, agiam.

No mesmo texto, pouco adiante, Marx (1959b, p. 23) ataca aqueles que conseguem gradualmente “conquistar uma posição intermediária entre o Partido Democrático e os absolutistas, avançando de um lado e retrocedendo de outro, os que são ao mesmo tempo progressistas – contra o absolutismo – e reacionários – contra a democracia”. Tal setor conciliador então criticado, o setor “da moderada e prudente burguesia”, fazia-se presente tanto na Assembleia Nacional Alemã quanto no governo provisório liderado por Camphausen (ambos organismos criados após a Revolução de Março). Tal setor burguês, diz ainda Marx, estava enganando o “partido do povo”

⁸ O “Partido Democrático” não existia formalmente enquanto uma única entidade legal. A noção de “partido” aí é usada no sentido amplo, no sentido do *movimento* de todos aqueles (organizações e indivíduos) que lutam pela democracia. Marx se via como parte desse partido não apenas em sentido figurado, mas literalmente. A Liga dos Comunistas, após a ida da maioria dos seus membros para a Alemanha (para participar da revolução), praticamente se dissolveu na legalidade burguesa (ou seja, perdeu sua organização interna). O próprio Marx, contra a vontade de J. Moll e K. Shapper, ajudou a dissolvê-la. Assim que chegou em Colônia, Marx ajudou a fundar a Sociedade Democrática dessa cidade, que em parte concorria localmente com a Associação dos Trabalhadores (liderada por Gottschalk, também membro da Liga dos Comunistas, respeitado entre operários, mas representante do chamado “socialismo verdadeiro”, ou seja, de um socialismo humanista-feuerbachiano, pequeno-burguês). Ver (MCLELLAN, 1990, capítulo 4).

[*Volkspartei*]; com seu centrismo, capitulava ante uma “poderosa reação que alcançava o poder antes mesmo de ter feito uma ação revolucionária”. Esses eram, segundo Marx (1959b, p. 23-24), os “amigos hipócritas”, que se diziam de acordo com o “princípio” democrático mas duvidavam da possibilidade de sua realização. “Tais pessoas são perigosas”, dizia ele.

Poucos dias depois, cansado das vacilações dos democratas burgueses, Marx expressará que estes deveriam agir “ditatorialmente” para garantir o poder e não permitir o retorno da reação monárquico-feudal. Em artigo de 07 de junho de 1848 tal compreensão – a defesa de uma ditadura – aparecerá pela primeira vez na obra de Marx. Aí ele exige que a Assembleia Nacional Alemã aja energeticamente, sem esperar ação do governo provisório (ministério Camphausen). Escreve ele:

(A) situação de então da Alemanha deu-lhe [à Assembleia Nacional] a oportunidade de superar sua infeliz situação material. Tudo o que ela precisava fazer era opor-se ditatorialmente [*diktatorisch entgegenzutreten*] às incursões reacionárias do governo caduco em todos os lugares, pois assim conquistaria um poder tal na opinião popular que, contra ele, todas as baionetas e fuzis se estilhaçariam. (MARX, 1959d, p. 40-41).

Em vez disso, a Assembleia Nacional, diz Marx, “entediou o povo alemão” com *shows* de parlamentarismo e frases ocas (o que em 1850 ele chamará de “cretinismo parlamentar”). Assim se dava mais espaço à reação. Num texto de balanço pouco posterior, Marx (1959c, p. 402) retornará ao mesmo tema da ditadura, mas acrescentará outro, fundamental:

Qualquer situação provisória depois de uma revolução requer uma ditadura [*Diktatur*], e na verdade uma ditadura enérgica [*energische Diktatur*]. Desde o início, culpamos Camphausen por não agir ditatorialmente [*daß er nicht diktatorisch auftrat*], por não ter destruído e removido imediatamente os restos das velhas instituições. [...] Assim, enquanto o Sr. Camphausen dormia o sonho constitucional, o partido derrotado fortalecia posições na burocracia e no exército, e até mesmo arriscava uma luta aberta aqui ou acolá. A Assembleia fora convocada para se entender sobre a constituição. Ela ficou ao lado [*neben*] da Coroa, em pé de igualdade. Dois poderes iguais [*Zwei gleichberechtigte Mächte*] em um governo provisório!

É aí que Marx trata com destaque pela primeira vez do problema da “dualidade de poderes”. O governo de Camphausen era visto por Marx enquanto um elemento intermediário ou aglutinador entre poderes (“dois po-

deres iguais num só governo!”). A função do governo era a de conciliá-los, evitando a abertura da guerra civil. De um lado estava o poder Legislativo, da Assembleia Nacional, representando a nação em geral (setores nobres, burgueses, proletários, camponeses...). De outro estava o Poder Executivo, com todas as suas alavancas de realização da violência e controle estatais (sobretudo exército e burocracia), representando grandes proprietários de terra (sobretudo a nobreza junker). Mas Marx esperava justamente o fim da conciliação; queria que a dualidade de poderes se desenvolvesse e caminhasse para a destruição do poder monárquico-feudal pelo da Assembleia Nacional (ou seja, do Executivo pelo Legislativo). Como diz Marx (1959c, p. 404): “A Coroa e a Assembleia estão frente a frente. A 'conciliação' [enfim] levou à separação, ao conflito. Caberá talvez às armas decidir. Aquele que tiver mais coragem e consequência vencerá!”⁹.

Dois meses depois, como se a palavra “ditadura” já não bastasse, Marx (1959e, p. 459) será ainda mais incisivo. Analisando a derrota da revolução em Viena (Áustria), afirma que:

[...] o canibalismo da própria contrarrevolução convencerá os povos de que só há uma maneira para *simplificar* e concentrar as dores de morte da velha sociedade e as sangrentas dores de parto da nova, apenas *um meio – o terrorismo revolucionário* [nur ein Mittel – den revolutionären Terrorismus].

Aqui já temos um Marx significativamente diferente daquele do *Manifesto*. Em vez da abstrata “luta pela democracia”, temos a necessidade de execução de um “terrorismo”, por meio de uma “ditadura enérgica” do Poder Legislativo (representando a maioria do “povo”), que conduza uma guerra civil contra o Poder Executivo!¹⁰ Está em cena agora, em vez do de-

⁹ Vale notar que a noção de “dualidade de poderes” já havia aparecido, pela primeira vez, mas *en passant*, no artigo “Programas do Partido Democrático Radical e da Esquerda de Frankfurt”, já referido por nós. Após o artigo agora trabalhado – “A crise e a contrarrevolução” –, a noção de dualidade de poderes será cada vez mais uma constante na *NGR*. Veja-se, particularmente, os artigos “A liberdade de deliberação em Berlim” (17/09/1848); “A crise em Berlim” (9/11/1848); “A contrarrevolução em Berlim” (12/11/1848); “O Ministério é acusado” (15/11/1848); “A Procuradoria Geral e a *Nova Gazeta Renana*” (22/11/1848); “O processo contra o comitê distrital renano dos democratas” (25/02/1849 e 27/02/1849).

¹⁰ Mesmo a noção de “povo”, muito comum nos artigos iniciais de Marx na *NGR*, sofrerá severa críticas do autor à medida que se desenvolverem os acontecimentos. Marx se afastará dessa palavra vazia, que pode juntar em si muitas classes diferentes. Ver, por exemplo, a partir do artigo “*A Gazeta Nacional* Berlinese aos eleitores primários”, de 26/01/1849.

mocrático abstrato, um Marx “jacobinista”¹¹. Ainda assim, a estratégia *em linhas gerais* é a mesma, centrada no Poder Legislativo (visando a usá-lo para ocupar o espaço do Executivo). Apenas ocorreu que o que era abstrato foi determinado. Podemos dizer que Marx levou ao limite do possível o que estava contido como possibilidade no *Manifesto*.

2.2. A noção de *revolução permanente*

Vejam agora uma determinação fundamental que a atuação de Marx à frente da *NGR* trouxe para a estratégia revolucionária da classe trabalhadora – a noção de *revolução permanente*.

Tendo compreendido a necessidade de uma ditadura e mesmo de um “terrorismo” revolucionários (ainda que sem um conteúdo de classe bem determinado), Marx começou então a refletir sobre o porquê de isso tudo não ter ocorrido na Alemanha. Afinal, tal movimento geral, a rigor, ocorrera tanto na Revolução Inglesa de 1648 quanto na Francesa de 1789. O que se passava na Alemanha? Marx começa então a fazer uma comparação entre essas revoluções – inglesa, francesa e alemã – para compreendê-lo. Na importante série de artigos “A burguesia e a contrarrevolução”, de dezembro de 1848, expressa ele o seguinte:

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram revoluções *inglesa* e *francesa*, foram revoluções de tipo *européu* [europäischen Stils]. Não foram a vitória de uma classe *particular* [bestimmten] da sociedade

¹¹ Sabe-se que após sair da *Gazeta Renana* (a primeira, de 1842/43), e antes de mudar-se para Paris (outubro de 1843), Marx estudou a fundo a Revolução Francesa de 1789. Nela, certamente, buscava compreender leis gerais de um processo revolucionário. Marx pretendeu até escrever uma “História da Convenção” (período do “terror” jacobino). Todavia, em nenhuma de suas anotações à época revelou grande apreço pela via jacobina da Revolução Francesa. Em seu primeiro artigo escrito para publicação – “Observações sobre a mais recente instrução prussiana sobre a censura”, redigido em fevereiro de 1842 mas só publicado em fevereiro de 1843 –, Marx atacou diretamente o terrorismo dos jacobinos. Também depois, em seu período francês (finais de 1843), em defesa de noções democráticas – como a de “sufrágio universal” –, Marx defendeu vias socialistas como as de Dézamy e Cabet, contra a corrente comunista “ditatorial” que, diretamente de Babeuf, vinha da Revolução Francesa e desaguava em Buonarroti e Blanqui. Agora temos de fato um Marx bebendo em outro filão da Revolução Francesa. Vale notar que Engels, em seu artigo “Marx e a *Nova Gazeta Renana*”, de 1884, comenta que a *NGR* imitou em grande medida (embora inconscientemente) a tática do *L’Ami du Peuple*, de Marat. Este, como se sabe, representava uma das alas mais radicais (junto com os hebertistas de Paris) da pequena-burguesia jacobina na Revolução Francesa do sec. XVIII.

sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. A burguesia triunfou nelas, *mas o triunfo da burguesia* foi então o *triunfo de uma nova ordem social* [...] Nada disso houve na *revolução prussiana de março* [de 1848]. [...] Bem longe de ser uma *revolução europeia*, [a Revolução de Março de 1848] foi apenas o resultado atrofiado de uma revolução europeia num país atrasado [*zurückgebliebenen Lande*]. [...]. Não se tratava de criar uma nova sociedade, mas do renascimento em Berlim da sociedade já morta em Paris. A revolução prussiana de março não foi sequer *nacional, alemã*, mas desde o início *provincial-prussiana*. (MARX, 1961a, p. 107-108).

Como se vê nesses trechos, Marx compreendia que a burguesia exercera nas revoluções inglesa e francesa uma missão histórico-universal. Agora, ao contrário – e isso era expresso na Revolução de Março –, a burguesia perdera universalmente tal missão. O motivo disso a própria citação acima nos revela: *a burguesia alemã fizera uma revolução para instaurar uma nova sociedade quando esta já estava morta em Paris*. Para entendê-lo, é necessário refletir sobre a importância histórico-universal da Revolução de Junho de 1848 na França. Façamos então um pequeno salto sobre o Reno, rumo à França, para depois voltar à “miserável situação” alemã.

Em 23 de junho de 1848 estourou, em Paris, *a primeira revolução proletária contra a ordem burguesa*. A análise que Marx dedicou à Revolução de Junho é das mais belas de todo o jornal. Nela, comenta ele que o proletariado francês, ao fazer a primeira revolução daquele ano – a de fevereiro de 1848 –, ao derrubar o Rei Luís Filipe, julgava ter derrubado toda a ordem burguesa (afinal, Luís Filipe, da Casa de Orléans, era conhecido como o “Rei Burguês”, representante de grandes setores do capital). Assim, ao derrubar o Rei Burguês, o proletariado julgava ter já realizado uma revolução *sua*. Entretanto, a derrubada desse Rei era também do interesse de fortes setores burgueses (não representados por Luís Filipe), que, após os combates conduzidos pelo proletariado – e devido ao fato de este não ter uma organização política própria –, logo colheram os frutos da revolução. Ou seja: no vácuo de poder, os burgueses instituíram um parlamento “democrático” seu e uma constituinte sua, tendo em vista representar no Estado burguês o máximo das frações da burguesia (eis a essência da “democracia” burguesa). Tal situação, de apropriação de fruto alheio, durou até junho de 1848, quando o proletariado se insurgiu contra a própria ordem de-

mocrático-burguesa recém-instituída, compreendendo que com ela tudo mudara para continuar igual.

Nesse artigo (“A Revolução de Junho”), Marx (1961b, p. 134) tece um célebre comentário do caráter das duas revoluções francesas de 1848 (de fevereiro e de junho). Diz ele:

A Revolução de Fevereiro foi a *bela* revolução, a revolução da simpatia geral, porque as contradições que nela estouraram contra a monarquia dormiam lado a lado, ainda *não desenvolvidas*; porque a luta social que a formava só tinha ganhado uma existência aérea, uma existência na frase, na palavra. *A Revolução de Junho* é a revolução *feia*, a revolução repulsiva, porque o fato ocupou o lugar da frase, porque a república desnudou a própria cabeça de monstro, ao retirar a coroa que o protegia e dissimulava.¹²

O levante proletário de junho foi massacrado pelas tropas do General Cavaignac, representante político da burguesia democrática e republicana (com apoio, é claro, dos republicanos “radicais”, pequeno-burgueses, bem como de todas as frações monarquistas da burguesia). A derrota de junho significou o ponto de inflexão – o início do retrocesso – de todas as lutas revolucionárias europeias de 1848/49 (mesmo as de caráter meramente nacional). Sobre a Alemanha, seu resultado imediato foi o antes comentado: a burguesia renunciou a qualquer pretensão própria, a qualquer ação radical, temerosa do proletariado. Eis o que resume a “miséria alemã”:

A burguesia alemã desenvolveu-se de forma tão indolente, covarde e lenta que, no momento em que ameaçou o feudalismo e o absolutismo, percebeu diante dela ameaçadoramente o proletariado e todas as frações da burguesia cujos interesses e ideias se relacionam ao proletariado. [...] [Ela] estava desde o início inclinada a trair o povo e a se comprometer com o representante coroado da velha sociedade (...) [Ela está] sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo [*das Volk*], sem missão histórico-universal [*weltgeschichtlichen Beruf*]. (MARX, 1961a, p. 108-109).

E, poucos dias depois, na mesma importante série de artigos – “A burguesia e a contrarrevolução” –, Marx (1961a, p. 124) arremata:

¹² Como se sabe, importantes figuras intelectuais da França se aliaram ao proletariado e combateram nas barricadas da Rev. de Junho. Por exemplo, Baudelaire (ver, quanto a isso, o adendo à nossa dissertação de mestrado).

A história da burguesia prussiana, e da burguesia alemã em geral, de março a dezembro, mostra que na Alemanha uma *revolução* puramente *burguesa* e a fundação do *domínio burguês* sob a forma da *monarquia constitucional* são impossíveis [*unmöglich*]; que apenas a contrarrevolução feudal absolutista ou a *revolução social-republicana* são possíveis [*nur die feudale absolutistische Kontrerevolution möglich ist oder die sozial republikanische Revolution*].¹³

Não há dúvida de que por “revolução social-republicana” Marx entendia a revolução socialista. O termo era o mesmo que as sociedades socialistas parisienses (conhecidas por Marx desde o final de 1843) utilizavam para expressar que não mais queriam uma revolução *política*, como a de 1789, mas sim algo que a ultrapassasse: uma revolução *social*. Assim, toda a iniciativa histórica (histórico-universal) passava agora para as mãos do proletariado. A burguesia tornara-se uma classe reacionária¹⁴.

É por isso que Marx e seus companheiros chegaram à conclusão de que, caso uma revolução se iniciasse num *país atrasado* – como então a Alemanha –, ela não estacionaria numa “etapa” propriamente burguesa. *Tal etapa nem mais existiria como possibilidade histórica*. A revolução somente poderia prosseguir como propriamente socialista. Do contrário, adviria a contrarrevolução. A revolução, portanto, teria de ser *permanente* – ou não ser. Embora tal termo – “revolução permanente” – não apareça na *NGR*, aparecerá em texto seguinte de Marx e Engels a respeito dos dilemas da revolução na Alemanha, a “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, de março de 1850. É nesse texto que Marx finalmente sintetiza o que na *NGR* aparecera em forma contraditória.

Essa importante “mensagem” (circular interna à organização) foi escrita para orientar os comunistas alemães no que Marx e Engels consideravam ser um novo e imediato ascenso revolucionário na Alemanha

¹³ A autocrítica em relação às suas próprias posições anteriores é evidente. Não à toa, Marx romperá com a Sociedade Democrática de Colônia (que ele mesmo havia fundado) em 15 de abril de 1849. Tal ruptura será publicada na *NGR* do mesmo dia. Note-se que Marx era então acusado por Gottschalk justamente de não compreender que a revolução tinha de ser permanente. Ver, quanto a isso, (MCLELLAN, 1990, p. 234).

¹⁴ O fim da missão histórica da burguesia não a impedirá, é verdade, de realizar o que Marx e Engels chamaram depois de “revolução por cima”, “pelo topo”, tanto na Alemanha quanto na França. Temendo processos revolucionários populares, a burguesia buscou por dentro do próprio Estado, com férreas ditaduras contra o proletariado, modernizar as relações econômico-sociais. O exemplo clássico para Marx e Engels consistiu no governo de Bismarck (mas referem-se também à França de Luís Bonaparte). Algo parecido poderia ser dito, por exemplo, quanto a Getúlio Vargas no Brasil.

(em 1850). Desta vez, acreditavam eles, não mais os comunistas cometeriam os erros democrático-burgueses anteriores (como em 1848/49). O novo ascenso, entretanto, não se realizou (Marx exporá os motivos econômicos disso já ao final do ano de 1850). Ainda assim, a “Mensagem do CC à Liga” não deixa de conter ensinamentos táticos da maior importância. Não nos alongaremos em todos eles aqui¹⁵. Vale apenas destacar que é aí que Marx e Engels (1960, p. 247-248) anunciam abertamente, pela primeira vez, a necessidade da *revolução permanente*:

Enquanto a pequena-burguesia democrática quer finalizar [*zum Abschlüsse bringen*] a revolução o mais rápido possível, (...) os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente [*die Revolution permanent zu machen*] até que todas as classes mais ou menos possuidoras sejam expulsas do poder, até que o poder do Estado seja conquistado pelo proletariado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países [*nicht nur in einem Lande, sondern in allen*] predominantes do mundo, até que cesse a competição entre os proletários nesses países, e que, pelo menos, as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado.

Os autores justamente fecham o texto com a seguinte afirmação: “Seu grito de guerra [do proletariado alemão] tem de ser: a revolução em permanência [*Die Revolution in Permanenz*]” (MARX; ENGELS, 1960, p. 254).

3. A análise da revolução francesa de 1848

Embora não o aplicassem ainda ao processo revolucionário alemão de 1848/49, Marx e Engels já conheciam o termo “revolução permanente” havia alguns anos¹⁶. Após maio de 1849 – quando fechada a NGR –, Marx é

¹⁵ Entre os elementos da maior importância nesse texto, vale destacar a crítica às reivindicações estatizantes da pequena-burguesia (crítica indireta também às reivindicações do *Manifesto Comunista*); a apresentação da tática da dualidade de poderes; a apresentação da tática da frente única; a apresentação da estratégia partidária ao mesmo tempo legal e secreta; a tática eleitoral dos comunistas; a exigência de se manter a independência organizativa e programática total dos proletários frente aos pequeno-burgueses; a tática para desmascarar os pequeno-burgueses ditos socialistas com reivindicações radicais etc. Como se vê, o texto é da maior importância e dá base perfeita à atuação de Lenin e Trotsky, à frente do Partido Bolchevique, durante a Revolução Russa de 1917.

¹⁶ Como lembra Claudín, o termo “revolução permanente”, ainda que sem destaque, já aparecerá na *Sagrada Família*, de Marx e Engels (redigida ao final de 1844). Cf. CLAUDÍN, F.,

expulso da Alemanha e foge para a França, onde fica poucos meses (e inclusive testemunha o levante pequeno-burguês dirigido pelo partido parlamentar da Montanha). Em agosto de 1849, Marx emigra para a Inglaterra, onde finalmente se instala (e definitivamente). Em Londres, tem contato estreito com diversos revolucionários do continente, foragidos de todas as revoluções derrotadas. Somente assim, absorvendo diversas experiências (com destaque particular para a francesa), Marx avança em seus balanços políticos e recepciona de vez o termo “revolução permanente” como elemento de sua estratégia revolucionária.

Isso é expresso já na sua nova publicação teórica, a *Nova Gazeta Renana, Revista de Economia Política* (a qual dura de janeiro a novembro de 1850, consistindo em seis números). É nela que Marx apresenta o primeiro grande balanço do processo revolucionário na França (depois reunido em livro, denominado *As Lutas de Classes na França*). Em tal balanço, novas e importantes determinações aparecerão, entretanto apenas em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1851/1852) é que Marx chegará numa síntese geral de todo o processo revolucionário. Acompanhemos a análise de Marx nessas duas obras fundamentais.

3.1. As Lutas de Classes na França

Obviamente, também não nos alongaremos aqui nos diversos elementos de *As Lutas de Classes na França*¹⁷. Nosso foco segue no problema

Marx, Engels u la revolución de 1848, Madrid: Siglo Veinteuno, 1985, p. 423. Day e Gaido lembram também de referência anterior à da *Sagrada Família*, em “A Questão Judaica”, nos *Anais Germano-Franceses* (ver primeiro capítulo de DAY, R., & GAIDO, D., *Witnesses to Permanent Revolution*, Chicago/Leiden: Haymarket/Brill, 2009). Poderíamos também afirmar que em diversas passagens da chamada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (*Manuscrito de Kreuznach*) Marx expressa claramente que a burguesia alemã é impotente demais (sem expressar no entanto o termo “revolução permanente”). Ainda assim, em todas essas obras Marx não erige o termo “revolução permanente” em essência da estratégia revolucionária do proletariado. Isso só ganhará tal expressão e importância a partir do ano de 1850.

¹⁷ Além da análise genial dos fatos, momentos e movimento geral da revolução de 1848 e 1849 na França (acompanhando o conflito entre as classes do país), Marx desenvolve nessa obra outros temas fundamentais. Ele trata, em diversas passagens, do problema do poder dual. Em outras, trata – o que já começara a desenvolver na *NGR-jornal* – do destino das revoluções nacionais (Marx é contra a ideia de “autodeterminação dos povos” como um princípio abstrato e universal, ou seja, válido para qualquer situação e país, e sempre submete tal autodeterminação nacional à “autodeterminação” dos proletários em relação ao capital. Ou seja, Marx sempre submete o problema nacional ao problema de encontrar os elos da revo-

da estratégia revolucionária de tomada do poder pelo proletariado. Aqui, diferentemente do que se passara nos artigos da *NGR-Jornal* (analisados acima), Marx não será mais favorável a uma “ditadura” em abstrato, mas propriamente defensor da ditadura *do proletariado*. Antes, na *NGR-Jornal*, como vimos, Marx exigia centralmente da própria burguesia e setores aliados – primeiro, do governo provisório de Camphausen, depois, da Assembleia Nacional Alemã – o agir ditatorialmente, com terrorismo, para quebrar o antigo Poder Executivo monárquico-feudal. Agora, Marx, mais do que exigir algo da burguesia, *propõe* ação própria ao proletariado. Quando trata da derrota da Revolução de Junho de 1848 na França, Marx (1960a, p. 33) fala que ela, ao final:

[...] convenceu [o proletariado] de que mesmo uma diminuta melhora [*geringste Verbesserung*] em sua situação permanece uma *utopia* [*Utopie*] dentro da república burguesa, uma utopia que se converte em crime assim que se tenta realizá-la. As exigências, exuberantes quanto à forma, mas mesquinhas e ainda burguesas quanto ao conteúdo, que o proletariado parisiense queria arrancar da república [burguesa] de fevereiro, deram lugar à ousada palavra de ordem: *Derrubar a burguesia! Ditadura da classe operária!* [*Sturz der Bourgeoisie! Diktatur der Arbeiterklasse!*]¹⁸

lução socialista permanente internacional). Marx trata também da ressignificação de termos históricos (como, por exemplo, “revolução”, “esquerda” e “direita”) após a revolução de junho de 1848 na França ter aberto uma nova etapa histórico-universal. Marx critica o termo “social-democrata”, como amálgama pequeno-burguês (nome que submete o proletariado programaticamente à pequena-burguesia). Marx trata do governo provisório francês após fevereiro de 1848, caracterizando o que depois será chamado de “Frente Popular” (ou “*kerenskismo*”). Marx critica novamente (embora indiretamente) as dez medidas contidas no final do cap. II do *Manifesto do Partido Comunista*. Ainda critica seriamente noções como a de “reforma agrária” e apresenta a tese de que os camponeses são incapazes de realizar uma revolução. Um dos elementos mais interessantes dessa obra talvez seja a análise, ao final, sobre o ciclo econômico (industrial) da produção capitalista, bem como das possibilidades de revolução vinculadas a tal ciclo (a ideia de que a “revolução vem na esteira da crise”). É aí também que Marx explica que o ciclo econômico-industrial do país dominante (no caso, a Inglaterra) regula o ciclo econômico relativamente autônomo de todas as demais economias capitalistas. Note-se, por fim, que Marx também já anuncia aí a necessidade de autonomização do Poder Executivo, antecipando a compreensão do golpe de Estado de Luís Bonaparte.

¹⁸ Em carta de 5 de março de 1852 a J. Weydemeyer, Marx afirma: “No que me concerne, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência de classes nem a luta entre elas. Muitos historiadores burgueses, antes de mim, haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu fiz de novo foi: 1) mostrar que a existência das classes está ligada a determinadas fases históricas de produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente [*notwen-*

Mais claro, impossível! As reivindicações usuais, apresentadas ao governo provisório, exuberantes, aparentemente radicais, mas burguesas em conteúdo – como aquelas apresentadas ao final do cap. II do *Manifesto Comunista*, algumas das quais o governo provisório buscou realizar –, foram substituídas pela exigência de derrubada da burguesia e de constituição de uma ditadura propriamente de *classe* do proletariado. Tal foi a primeira vez que o proletariado desenvolveu propriamente a ideia de uma ditadura *de sua classe*¹⁹.

Mais à frente, no texto, em nova ocorrência da noção de *ditadura do proletariado*, Marx curiosamente a vincula à ideia de *revolução permanente*, na primeira aparição *pública* desse termo em forma propriamente *ligada à estratégia revolucionária*. Quando Marx está criticando os socialistas pequeno-burgueses, “fazedores de sistemas” (mais ou menos utópicos), lembra da corrente francesa operária, propriamente comunista:

[...] enquanto os diversos líderes socialistas em luta entre si exigem a adesão a cada um de seus sistemas como ponto de transição da convulsão social – o *proletariado* agrupa-se cada vez mais em torno do *socialismo revolucionário*, em torno do *comunismo*, para o qual a própria burguesia inventou o nome de *Blanqui*. Esse socialismo é a *declaração da permanência da revolução* [die Permanenzerklärung der Revolution], a *ditadura de classe do proletariado* [die Klassendiktatur des Proletariats] como ponto de transição necessário [notwendiger Durchgangspunkt] para a *abolição de todas as diferenças de classe* [...]. (MARX, 1960a, p. 423).²⁰

dig] à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura representa apenas a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes (...).” (MARX, 1963, p. 507-08).

¹⁹ Antes disso, os blanquistas franceses eram favoráveis a uma “ditadura”, mas esta não era expressa em termos propriamente de *classe*, e sim às vezes com a noção de “povo” e às vezes com a ideia de uma minoria (supostamente muito bem selecionada e preparada), que governaria por um tempo mais ou menos longo, até permitir que o “povo” se educasse e estivesse apto a se autogovernar. Tais ideias remontavam, em linhas gerais, à tradição da Convenção Nacional de 1793. Ver, quanto a isso, (SOBOUL, 1951).

²⁰ Dissemos primeira aparição pública da expressão “revolução permanente” porque a “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, já tratada por nós, era voltada apenas à atividade interna (secreta) de tal Liga. Ainda assim, quanto à cronologia, vale notar que não é possível saber qual texto foi escrito antes. Ambos – esse artigo das *Lutas de Classes na França* e a “Mensagem do CC à Liga” – são do exato mesmo período. A “Mensagem” é de “março de 1850”, e o artigo que contém esse trecho das *Lutas de Classes* apareceu na edição de 11 de abril de 1850 da *NGR-Revista* (portanto, também deve ter sido escrito em março de 1850). É verdade que, como lembra Claudín (1985, p. 423), e já comentamos, o termo “revolução permanente” já aparecera na *Sagrada Família*. Entretanto, cremos, era *en passant* e não ti-

Assim, abandonando todos os “sistemas” – idealistas – dos “líderes” socialistas, o proletariado francês se aproximava do comunismo, ou seja, da compreensão de que a ditadura *de classe* do proletariado é um ponto *necessário* de transição (não algo fortuito ou ocasional, mas propriamente estratégico), e que tal ditadura deve realizar o processo da revolução em permanência (sem estacionar em qualquer fase democrático-burguesa).

Engana-se quem acha que tais noções teriam validade estratégica apenas para países chamados por Marx de *atrasados*. Não, tais concepções teriam validade universal, pois a própria revolução socialista teria de ser por essência universal. Não à toa, nesse mesmo período Marx e seus companheiros tentam criar uma *nova organização internacional*, com os blanquistas franceses e a ala à esquerda dos cartistas ingleses, a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários (SUCR). O primeiro artigo do estatuto dessa nova organização política internacional dizia o seguinte:

Art. 1 – O objetivo da associação é a derrubada de todas as classes privilegiadas, sua submissão à ditadura dos proletários [*Diktatur der Proletarier*] e a manutenção da revolução em permanência [*Revolution in Permanenz*] até a realização do comunismo, que é a última forma de constituição da família humana. (MARX, 1960a, p. 553).

E o artigo 5, por sua vez, afirmava que o art. primeiro era uma *condição de existência* da própria associação:

Art. 5 – Todos os membros da associação comprometem-se sob juramento [*eidlich*] a cumprir o disposto no primeiro artigo do presente estatuto. Uma modificação que possa enfraquecer as intenções expressas no artigo primeiro desobriga os membros da associação em relação a este acordo. (MARX, 1960a, p. 554).²¹

nha a importância conceitual que tem aqui.

²¹ Note-se que o “Universal” do nome pode ser traduzido também como “Mundial”. O estatuto dessa organização consistia apenas em seis artigos (aliás, até onde sabemos, nunca traduzidos integralmente para o português). Para além do primeiro, transcrito acima, e do segundo, de teor internacionalista, restam nos quatro demais artigos questões organizativas menores. Os que assinam o estatuto são: Adam e J. Vidil (pelos blanquistas franceses); Marx, Engels e Willich (pela Liga dos Comunistas); e J. Harney (pela ala à esquerda dos cartistas). O texto, como se sabe, escrito em francês, está com a letra de Willich. Este, juntamente com Schapper, iniciava um processo de disputa contra Marx e Engels pelo futuro da Liga dos Comunistas (que, pouco tempo depois, rachará e findará). Willich era mais próximo dos blanquistas franceses (e, após o racha, estes apoiarão a fração Willich-Schapper, contra Marx e Engels). O racha da Liga é um dos motivos que explicam a SUCR nunca ter saído do papel. Hal Draper (1986, capítulo 12) parece estar certo ao afirmar que tal documento tem de ser visto

3.2. O 18 de brumário de Luís Bonaparte

Na análise dessa obra também não trataremos de diversas questões particulares embora importantes²². Em grande medida, *O 18 de brumário*, até seu capítulo IV, é uma reprodução condensada do texto *As Lutas de Classes na França*. O que há de mais novo em *O 18 de brumário* é apresentado a partir do capítulo V, pois este e os seguintes tratarão justamente dos fatos históricos não abarcados cronologicamente pelas *Lutas de Classes na França*. O que há de novo e mais importante a ser compreendido é justamente o Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, efetuado por Luís Bonaparte, e suas implicações diretas. Aqui não trataremos de entender como foi possível a um sujeito tão medíocre assenhorar-se da França. A resposta a isso é o próprio objeto do livro e muito já há de escrito a respeito. Aqui, tentaremos entender o que resulta de tal acontecimento *para a estratégia revolucionária de poder do proletariado*.

Após a experiência da revolução na França em 1848 e 1849, o próprio Poder Legislativo *fora desacreditado ante o operariado francês*. Afinal, fora ele o responsável pela repressão do levante proletário de junho de 1848. O Poder Legislativo mostrou assim seu verdadeiro caráter de classe. A história não mais permitiria, portanto, uma verdadeira revolução conduzida pelo Poder Legislativo contra o Executivo. Ambos os órgãos foram desmascarados enquanto instituições burguesas, partes componentes da ditadura da minoria contra a maioria proletária. A revolução proletária não mais faria o que fizeram as revoluções burguesas anteriores (como a inglesa e a francesa). A revolução proletária seria uma revolução *de novo tipo não apenas quanto ao conteúdo, mas também quanto à forma*²³.

como uma carta inicial de intenções, para trabalho futuro. Mas, daí a conceber – como quer Draper – que as posições ali expressas não tinham grande valor para Marx e Engels (e sim apenas para os blanquistas e para Willich), é um exagero. Draper busca sempre afastar Marx do suposto “blanquismo” para, assim, afastar leituras leninistas em nome das supostamente luxemburgistas. Isso, entretanto, não é tema deste artigo.

²² Marx escreveu *O 18 de brumário* também na forma de artigos, enviados a seu companheiro de luta J. Weydemeyer, que, para não ser preso, fugira para os EUA. Nesse país, Weydemeyer criou uma revista chamada *Die Revolution*, que inicialmente seria semanal. Marx enviou os artigos para tal revista entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, tendo em vista a publicação em partes (o que não ocorreu – os artigos foram reunidos poucos meses depois e publicados como brochura, numa única edição da *Die Revolution*). A revista de Weydemeyer infelizmente não passou do segundo número.

²³ Operando nela, inclusive, uma lei de revolução diferente das anteriores. Marx diz, por exemplo, logo no início do capítulo III de *O 18 de brumário*, que a lei geral da revolução bur-

Em *O 18 de brumário*, Marx, curiosamente – e contrariando todas as análises correntes –, avaliou que a derrubada do Poder Legislativo francês pelo Poder Executivo (o Golpe de Estado de Luís Bonaparte, do dia 2 de dezembro de 1851) significava algo como uma obra turva *da própria revolução proletária*. Haveria por trás de tal acontecimento algo como uma dialética perversa da história – como se a revolução de junho de 1848 corresse por baixo dos conflitos internos aos poderes do Estado democrático-burguês, desgastando-os. A derrubada do Poder Legislativo – então dominado pelas facções monarquistas-burguesas do Partido da Ordem – pelo Poder Executivo (Bonaparte) efetuava apenas *metade* do trabalho (indireto) da própria revolução proletária. Isso só é possível de ser compreendido se se entende que agora Marx não mais defende a tomada do Poder Legislativo, mas sua derrubada (junto com a do Poder Executivo). Após a revolução ter *realizado* ou *completado* o Poder Parlamentar – ou seja, demonstrado historicamente que a democracia-parlamentar é parte componente da ditadura de classe da burguesia –, ela o derrubou. Feito isso, a revolução proletária teria seguido seu caminho, preparando a derrubada do único poder que havia restado, e que concentrou em si toda a atenção ou ódio nacionais: o Poder Executivo. O novo poder proletário surgirá como antítese direta desse Executivo todo-poderoso.

Eis por que, assim, correndo por baixo dos acontecimentos, dos conflitos entre Poder Legislativo e Executivo, a revolução para Marx avançava como uma *toupeira*, a toupeira da História, que apenas escavara em junho de 1848 e saíra de cena para retornar mais à frente, com o dobro de força e voracidade. Como escreve Marx (1960b, p. 196):

A revolução é profunda. Ela ainda passa pelo purgatório. Ela completa metodicamente seu trabalho. Até dois de dezembro de 1851 [data do golpe de L. Bonaparte] ela concluía metade do que havia preparado e agora conclui a outra metade. Ela completou [*vollendete*] pri-

guesa de 1789 demarcava um caráter *ascendente*. Nela, cada setor que impulsionava uma revolução amparava-se em outro, vindo atrás, mais amplo e radical, que logo substituía o primeiro e fazia a revolução avançar. Já na Revolução de 1848, explicava Marx, dava-se o inverso; demarcava-se uma linha *descendente*, pois o setor mais radical (proletário) tomava em primeiro lugar a cena, entretanto, por falta de independência política, era logo traído pelo pequeno-burguês, que ancorava-se no burguês, o qual amparava-se no monarquista – tudo tendo em vista paralisar a revolução proletária (impedir sua permanência). Assim, o novo funcionamento da *lei da revolução* expressava também o ineditismo histórico-universal da revolução proletária, na qual o proletariado tendia a opor-se a todas as demais classes da sociedade e, dessa forma, a acabar com a própria existência das classes.

meiro o poder parlamentar, para poder derrubá-lo [stürzen]. Agora que o fez, completa [vollendet] o Poder Executivo [Exekutivgewalt], reduzindo-o à sua expressão mais pura, isolando-o, confrontando-o com suas próprias acusações, para concentrar contra ele [gegen sie] todas as suas forças de destruição [Kräfte der Zerstörung]. E quando ela tiver completado esta segunda metade do seu trabalho preparatório, a Europa saltará de sua cadeira e gritará: bem escavado, velha toupeira!

A análise de Marx a respeito do golpe de Luís Bonaparte é tão única que não se percebe nela qualquer lamento frente ao fim da "democracia" parlamentar-burguesa. O leitor desatento pode até achar que o resultado foi apenas a ascensão de um bando de arruaceiros ao poder de Estado, sem maiores consequências (ou seja, pode-se esquecer de que foi instituída uma ditadura violenta, que aliás reprimirá a classe operária por cerca de vinte anos). Não há lágrimas ou lamúrias democratistas por parte de Marx, pois ele jamais perdeu de vista que o golpe apenas engendrava uma revolução socialista (e ele, por isso, jamais deixou de prepará-la)²⁴.

Marx segue em seu texto desenvolvendo as características peculiares de uma revolução proletária, na qual uma nova forma coaduna com um novo conteúdo. Explica ele que o Poder Executivo é a grande essência do Estado burguês, *o elemento realmente disputado em todas as revoluções anteriores*, pois estão em suas mãos as verdadeiras alavancas de domínio e controle. Em todas as revoluções anteriores, portanto, classes ou frações de classe se valiam do Poder Legislativo enquanto uma espécie de trampolim,

²⁴ E ela chegou, com a Comuna de Paris, em 1871. Em todo o período de ditadura de Luís Bonaparte, Marx nunca deixou de expressar um desprezo completo pelo Imperador. Suas críticas nunca deixaram de ser implacáveis. Diferentemente dele, entretanto, os que choraram o fim da "democracia" foram os primeiros a se acomodar à nova situação. Proudhon buscou acordo com Bonaparte. Na Alemanha, frente a um governo similar, de Bismarck – também caracterizado como "bonapartista" por Marx e Engels –, F. Lassalle e os seus acomodaram-se politicamente, buscando uma via de "socialismo" estatal bismarckiana. Note-se ainda que, não à toa, o problema da queda de governos burgueses ditatoriais tornou-se da maior importância para a burguesia (ganhando destaque nas reflexões dos departamentos de Estado de muitos países imperialistas, bem como nos inúmeros departamentos universitários de sociologia financiados por estes). É o que se convencionou chamar de "Descompressão Política" (regressão de um regime de ditadura burguesa explícita para um regime de democracia burguesa, no qual mais frações da burguesia participam da dominação). Obra clássica a esse respeito é a de Samuel Huntington, *Approaches to political decompression*. Note-se que Huntington se encontrou algumas vezes com o General Golbery do Couto e Silva, cérebro da última Ditadura Militar brasileira (1964-1985), para discutir a "descompressão" a ser realizada por aqui.

para, por assim dizer, tomar de assalto o Poder Executivo, como espólio de guerra. Tão logo o faziam, modernizavam o Executivo, tornavam-no ainda mais centralizador e violento, tendo em vista subjugar as demais classes. A revolução proletária, pelo contrário, por nem mesmo intentar tomar o Poder Legislativo – já falido historicamente frente ao proletariado –, *não mais buscava a conquista ou o aperfeiçoamento da máquina à disposição do Poder Executivo*, mas sim sua destruição, e do Estado em seu conjunto.

Vejamos uma longa citação de Marx (1960b, p. 196-197 – negritos nossos), a qual em seguida analisaremos:

Esse Poder Executivo [*Exekutivgewalt*], com sua monstruosa organização burocrática e militar, com sua máquina estatal extensa e artificial [*künstlichen*], um exército de funcionários de meio milhão ao lado de um exército [militar] de outro meio milhão, esse terrível corpo parasita [*Parasitenkörper*] que enclausura o corpo da sociedade francesa e entope todos os seus poros, surgiu na época da monarquia absoluta, com o declínio do feudalismo, que ajudou a acelerar. [...] A primeira Revolução Francesa [1789], com sua tarefa de quebrar todos os específicos poderes locais – territoriais, urbanos e provinciais – para criar a unidade burguesa da nação, teve de desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas também, ao mesmo tempo, a extensão, os atributos e os servos do governo. Napoleão completou [*vollendete*] essa máquina de Estado. [...] Por fim, a república parlamentar, em sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer as formas e a centralização do poder governamental por meio de medidas repressivas. **Todas as revoluções [*Umwälzungen*] aperfeiçoaram essa máquina em vez de quebrá-la [*statt sie zu brechen*]**. Os partidos, que se revezavam na disputa pelo poder, consideravam a posse desse imenso edifício estatal [o Poder Executivo] como o principal butim do vencedor.

Marx, como se vê, apresenta aí alguns dos piores adjetivos para se descrever o Estado moderno (“corpo parasita que enclausura e entope todos os poros da sociedade”, “interesse geral superior, contraposto à sociedade, que mata a auto-atividade de seus membros individuais”)²⁵. Curiosa-

²⁵ É verdade que em suas obras de juventude Marx expressara grande desprezo pelo Estado (com destaque para a chamada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, ou *Manuscrito de Kreuznach*). Mas tais obras não refletiam sobre uma estratégia de tomada do poder pelo proletariado (classe que, aliás, nem mesmo é nomeada no *Manuscrito de Kreuznach*). Em seguida, desenvolvendo reflexões sobre a forma de tomada do poder político pelo proletariado, e influenciado pelo exemplo da Revolução Francesa de 1789, Marx redigirá reivindi-

mente, mesmo atividades tidas como nobres – supostamente neutras ou científicas, como o trabalho das escolas e universidades – são tratadas por ele como componentes da opressão promovida pelo Poder Executivo. Nada resta de transformador na “máquina do Estado”, pois ela converte todo interesse comum em superior, oposto e opressor. Eis por que Marx conclui o que consideramos ser o mais importante (e destacamos em negrito): não é necessário *aperfeiçoar a máquina do Estado, mas destruí-la*.

É exatamente por tal concepção geral do *Dezoito de Brumário* que Marx prenuncia, vinte anos antes, a estratégia revolucionária da Comuna de Paris. A destruição da máquina do Estado (poderes Executivo e Legislativo) seria o resultado direto e necessário do golpe de Bonaparte. A Comuna era a antítese do Império. Só isso explica por que, em meio à própria Comuna, Marx (1976a, p. 205 – itálicos nossos) lembrou de seu antigo livro, e, em carta de 12 de abril de 1871 a seu amigo L. Kugelmann, escreveu o seguinte:

Se você olhar o último capítulo do meu *18 de brumário*, verá que anuncio que a próxima tentativa da revolução francesa não consistirá mais em transferir [*übertragen*] a máquina burocrático-militar [esta-tal] de uma mão a outra, como até agora, *mas de quebrá-la* [*zerbrechen*], e que isso é a *pré-condição* [*Vorbedingung*] de qualquer revolução efetiva no continente. Nisso consiste, precisamente, a tentativa dos nossos camaradas heroicos de Paris.

Obviamente, não cabe a este capítulo analisar a Comuna de Paris. Apontemos apenas que Marx a valorizou por criar um poder que é como um *corpo de trabalho*, que suprime em si a divisão entre Parlamento e Executivo (falatório e ação). Assim, na própria forma de poder da sociedade se expressaria a tendência ao fim da divisão entre trabalho espiritual e manual, bem como a tendência ao fim de qualquer força metafísica superior, oposta e opressora diante da sociedade e seus indivíduos.

Todo esse profundo conteúdo está em gérmen em *O 18 de brumário*. Além dessa "profecia" estratégica, também outra, de caráter simbólico, se cumpriu. No último capítulo dessa obra, Marx afirma que se Luís Bona-

ções como aquelas do *Manifesto do Partido Comunista* ou do panfleto das *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, como vimos. Desenvolveu-se nele a concepção de que por meio do Poder Legislativo se poderia tomar o Executivo e mudar as relações de produção em nome do proletariado. Agora dá-se um novo salto no pensamento de Marx, que resgata seu anti-estatismo anterior, mas em meio a uma estrutura de pensamento completamente diferente (revolucionária e proletária).

parte tentasse vestir o manto imperial, a estátua de bronze de Napoleão ruiria do topo da Coluna Vendôme. Cerca de um ano após a obra de Marx, Luís Bonaparte vestiu o manto de Napoleão, declarando-se Imperador. Sabe-se que entre as primeiras atividades dos *communards* de 1871 esteve a derrubada da estátua de bronze de Napoleão juntamente com a coluna Vendôme.

Com *O 18 de brumário*, Marx completou ou perfez toda uma nova *estratégia revolucionária*, desenvolvida como balanço da revolução europeia de 1848, *em negação direta da estratégia democratizante expressa no Manifesto do Partido Comunista*. Como vimos, num primeiro momento Marx passou à posição de uma ditadura "popular", que conduziria uma luta do Poder Legislativo contra o Executivo. Em seguida, compreendeu que tal ditadura só poderia ser *da classe proletária*, e que por isso o processo revolucionário, em qualquer que fosse o país, só poderia se expressar enquanto *permanente* (até o socialismo). Por fim, Marx abandonou a concepção de que seria necessária a luta do Poder Legislativo contra o Executivo, em nome de um novo tipo de poder, imanente à comunidade, que logo se expressaria na Comuna de Paris.

Referências

CLAUDÍN, F. **Marx, Engels u la revolución de 1848**. Madrid: Siglo Veinteuno, 1985.

DRAPER, H. **Karl Marx's Theory of Revolution**. Vol. 3. New York: Monthly Review Press, 1986.

MARX, K., & ENGELS, F. Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März 1850 [Mensagem da Autoridade Central à Liga, de março de 1850], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 7, Berlim: Dietz Verlag, 1960.

MARX, K., & ENGELS, F. Manifest der Kommunistischen Partei [Manifesto do Partido Comunista]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 4, Berlim: Dietz Verlag, 1977.

MARX, K., & ENGELS, F. *et all*. Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland [Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959.

- MARX, K. Brief an den Redakteur der Zeitung 'L'Alba' [Carta ao Redator do L'Alba]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5. Berlim: Dietz Verlag, 1959a.
- MARX, K. Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte [*O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 8, Dietz Verlag: Berlin, 1960a.
- MARX, K. Die Bourgeoisie und die Kontrerevolution [A burguesia e a Contrarrevolução]. 15/12/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, volume 06, Berlim: Dietz Verlag, 1961a.
- MARX, K. Die demokratische Partei [O Partido Democrático], 2/6/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959b.
- MARX, K.. Die Junirevolution [A Revolução de Junho], 29/06/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, volume 06, Berlim: Dietz Verlag, 1961b.
- MARX, K. Die Krisis und die Kontrerevolution [A crise e a contrarrevolução], particularmente o artigo publicado no dia 14/9/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959c.
- MARX, K. Die Klassenkämpfe in Frankreich, 1848 bis 1850 [As Lutas de Classes na França, 1848 a 1850], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 7, Berlim: Dietz Verlag, 1960b.
- MARX, K. Programme der radikal-demokratischen Partei und der Linken zu Frankfurt [Programas do Partido Democrático Radical e da Esquerda de Frankfurt], 07/06/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959d.
- MARX, K. Sieg der Kontrerevolution zu Wien [Vitória da Contrarrevolução em Viena], 07/11/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959e.
- MARX, K. Marx an Joseph Weydemeyer in New York. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 28, Berlim: Dietz Verlag, 1963.
- MARX, K. Marx an Ludwig Kugelmann. 12 de abril de 1871. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 33, Dietz Verlag: Berlin, 1976a.
- MARX, K. Marx an Ludwig Kugelmann in Hannover. 17 de abril de 1871. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 33, Dietz Verlag: Berlin, 1976b.

MARX, K. Neue Rheinische Zeitung - Organ der Demokratie [*Nova Gazeta Renana - Órgão da Democracia*], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959.

MCLELLAN, D. **Karl Marx, vida e pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SOBOUL, A., Karl Marx et l'expérience révolutionnaire française. In: **La Pensée**, n. 36, mai.-jun. 1951, Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5819073w.textelimage> . Acesso em 28 ago, 2020.